



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**PARECER JURÍDICO Nº 55/2024-PGM**

**I - PREÂMBULO**

**Modalidade:** Pregão Eletrônico - sistema de registro de preços

**Consulente:** Departamento de licitações e contratos

**Órgão demandante:** Secretaria Municipal de Administração

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de recarga de gás

**Protocolo Kanban:** 223183

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.  
LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS.  
PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE  
PREÇOS. BENS E SERVIÇOS COMUNS DE  
MERCADO. LEI Nº. 14.133/21.  
POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÕES  
NECESSÁRIAS.

**II – DA CONSULTA**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com registro de preços para futura e eventual aquisição de recarga de gás, para atender à demanda de diversas secretarias municipais.

Os autos foram regularmente formalizados e estão instruídos com os seguintes documentos, relacionados conforme anexados aos autos:

- a) Documento de Oficialização da Demanda – DOD, p. 1 e seguintes;



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- b) Estudo Técnico Preliminar, p. 6 e seguintes;
- c) Justificativa de contratação, p. 17 e seguintes;
- d) Termo de referência, p. 19 e seguintes;
- e) Autorização expedida pela autoridade competente para efetiva abertura do processo licitatório, p. 30;
- f) Indicação da dotação orçamentária para custeio da contratação, p. 32 e seguintes;
- g) Termo de justificativa de preços e pesquisas de preços anexas, p. 37 e seguintes;

Ao compulsar os autos se constatou a ausência da minuta do edital e anexos, inclusive a minuta contratual. Porém, por racionalização das atividades administrativas, solicitou-se a remessa dos citados documentos via aplicativo de mensagens WhatsApp, o que foi atendido de plano.

Com a remessa ficou suprida a ausência dos documentos essenciais à análise do procedimento, ressaltando-se a necessidade de suas juntadas ao feito antes da publicação da minuta do edital.

O presente parecer trata da análise prévia do procedimento licitatório estabelecida pelo art. 53 da Lei Federal n. 14.133/2021.

É o relatório.

### **III – DA ANÁLISE JURÍDICA**

#### **III. 1) Finalidade e abrangência do parecer jurídico.**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

O parecer jurídico tem por finalidade assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, segundo preconiza o art. 53, I e II, da Lei n. 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*

*§1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:*

*I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;*

*II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;*

O controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os aspectos de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

Nesse sentido, cito por analogia o Enunciado BPC n. 7, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

*Enunciado BPC nº 7*

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Nessa esteira, presume-se que as especificações técnicas do objeto, inclusive quanto ao seu detalhamento, características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas com foco na segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Assim, as questões relacionadas estritamente à legalidade serão apontadas para fins de correção e aprimoramento da instrução processual.

### **III. 2) Planejamento da contratação. Estudo Técnico Preliminar**

A Lei n. 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação (artigo 18, *caput*, da lei 14133/2021).

O art. 18 apresenta o rol de elementos e documento que devem ser providenciados na fase de planejamento, a saber:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em **estudo técnico preliminar** que caracterize o interesse público envolvido;



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência**, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das **condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento**;

IV - o **orçamento estimado**, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do **edital de licitação**;

VI - a elaboração de **minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação**;

VII - o **regime de fornecimento de bens**, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a **modalidade** de licitação, o **critério de julgamento**, o **modo de disputa** e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a **motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio**;

X - a **análise dos riscos** que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a **motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#)**.

(grifos)



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

No mesmo dispositivo, o legislador traçou os elementos que compõem o Estudo Técnico Preliminar, deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

De acordo com o §2º do art. 18, da novel lei de licitações e contratos, o estudo técnico preliminar deverá **conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do seu § 1º**, e quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Essa regra foi reproduzida decreto regulamentador do ETP no âmbito do município de Comodoro/MT – decreto municipal n. 21/2023, ao dispor no § 1º do art. 8º que o instrumento deverá conter no mínimo os elementos previstos nos incisos I, V, VI, VII e XIII do caput do mencionado artigo, a saber:

*(i) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*

*(v) levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*

*(vi) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;*

*(vii) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso e;*

*(xiii) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Por isso, além das exigências da Lei n. 14.133/2021, deve a administração observar as regras do Decreto Municipal n. 21/2023.

Os servidores da área técnica do órgão demandante elaboraram o ETP (p. 6 e seguintes), que por se tratar de documento de conhecimento técnico, a avaliação e aprovação cabe, em última análise, ao próprio órgão, cabendo à assessoria jurídica a verificação de existência, no mínimo, dos documentos citados no §2º do art. 18, da Lei n. 14.133/2021, reproduzidos no §1º do art. 8º do Decreto Municipal n. 21/2023.

Quanto à presença de tais elementos, sem adentrar aos seus aspectos técnicos, vislumbro a existência dos elementos mínimos do § 1º do art. 8º do decreto n. 21/2023, a saber, os incisos I, V, VI, VII e XIII.

Presentes os elementos mínimos obrigatórios, ocorre que ao excetuar alguns elementos do ETP como obrigatórios, o próprio **§ 2º do art. 18, na sua parte final**, estabelece que *quando o documento técnico não contemplar os demais elementos, devem ser apresentadas as devidas justificativas* pertinentes às suas ausências, o que se recomenda anexar ao procedimento, no próprio ETP ou documento autônomo.

**Necessidade de apresentação das memórias de cálculo e documentos que dão suporte às estimativas de quantidades do item 7 do ETP (p. 5). Exigência legal e normativa. Art. 18, § 2º, da lei n. 14.133/2021 e art. 8º, inc. V do decreto municipal n. 21/2023**

Ainda sobre os elementos obrigatórios do ETP, percebe-se que embora o item 7 (p. 10) discorra sobre o formato empregado para a estima das quantidades a serem registradas, em vista da sua provável utilização, **não consta no estudo as memórias de cálculo e os**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**documentos que lhe dão suporte**, conforme determina o inc. IV do § 1º do art. 18, da lei n. 14.133/2021<sup>1</sup> e o inc. V do art. 8º do decreto municipal n. 21/2023<sup>2</sup>.

Como já salientado, em relação ao ETP a lei n. 14.133/2021 permite a ausência de alguns elementos. Porém, nos termos do § 2º do art. 18, **a estimativa das quantidades, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte é elemento indispensável**. Vejamos:

[...] § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, **IV**, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Para melhor entendimento, o elemento previsto no inciso IV do § 1º do art. 18, da lei n. 14.133/2021, é justamente a apresentação das “estimativas das quantidades para a contratação, **acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte**”

Assim, para complementação da instrução e atendimento integral aos termos do § 2º do art. 18, da lei n. 14.133/2021 e do inc. V do art. 8º do decreto municipal n. 21/2023, **recomenda-se que, em complementação à apresentação das estimativas das quantidades dos produtos (item 7 do ETP – p. 10), o órgão demandante anexe ao**

<sup>1</sup> Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

(...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

**IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte**, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

<sup>2</sup> Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP;



ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

procedimento, as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte.

### III. 3) Da análise de riscos

O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/21 estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Segundo a consultoria Zenite, o gerenciamento de riscos, no âmbito da nova Lei de Licitações, **constitui uma etapa do planejamento que se situa entre o estudo técnico preliminar e o termo de referência/projeto básico**<sup>3</sup>.

Ainda sob a ótica da renomada consultoria, – ainda que não conste expressamente da Lei nº 14.133/2021, **entende-se possível dispensar a realização da análise de riscos** quando o planejamento da contratação envolver a contratação de solução extremamente simples ou que se observe, por exemplo, elevado nível de conhecimento que a Administração já acumulou, não demandando assim a elaboração de um gerenciamento de riscos específico, ou permitindo o aproveitamento de estudos anteriores elaborados para outras ocasiões, **devendo a Administração justificar a desnecessidade de instruir o planejamento com tal requisito.**

No caso em exame, verifica-se que inexistência do mapa de riscos. Por isso, **recomenda-se a juntada do instrumento, ou, se a critério de avaliação do órgão demandante, tratar-se o objeto de solução extremamente simples ou que a administração já tenha acumulado elevado nível de conhecimento quanto aos seus riscos análise técnica e de gestão), apresentar as devidas justificativas e fundamentos nesse sentido.**

---

<sup>3</sup> Disponível em: [https://zenite.blog.br/o-que-e-analise-de-risco-e-quando-deve-ser-realizada-no-etp-tr-ou-em-apartado/?doing\\_wp\\_cron=1711219135.9888799190521240234375#:~:text=%E2%80%93%20ainda%20que%20n%C3%A3o%20consta%20expressamente,a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20j%C3%A1%20acumulou%20n%C3%A3o](https://zenite.blog.br/o-que-e-analise-de-risco-e-quando-deve-ser-realizada-no-etp-tr-ou-em-apartado/?doing_wp_cron=1711219135.9888799190521240234375#:~:text=%E2%80%93%20ainda%20que%20n%C3%A3o%20consta%20expressamente,a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20j%C3%A1%20acumulou%20n%C3%A3o)



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

### III. 4) Da modalidade licitatória eleita.

No caso dos autos, o órgão demandante optou pela modalidade licitatória pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços, que possuem regulamentação legal na Lei n. 14.133/2021.

O texto legal disciplina em seu artigo 6º, inciso XLI, que o pregão é a modalidade destinada a aquisição de bens e serviços comuns, e o inciso XIII do mesmo normativo define que **são considerados bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.**

Embora o legislador tenha definido de maneira geral os casos em que a modalidade licitatória pregão se aplicam, não há estipulação precisa e taxativa de rol de bens e serviços que são considerados comuns e usuais de mercado.

Por isso, cabe à equipe técnica do órgão demandante, na fase de planejamento e por meio do levantamento de mercado, verificar se ela se amolda à definição de bens e serviços comuns e usuais de mercado, para legitimar a utilização do pregão.

Jessé Torres Pereira Junior (Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 6ª ed., Renovar, 2003, p.1006) entende que:

'Em aproximação inicial do tema, pareceu que 'comum' também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O objeto pode portar complexidade técnica e ainda assim ser 'comum', no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado.** Sendo tal técnica bastante para atender às



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

necessidades da Administração, a modalidade pregão é cabível a despeito da maior sofisticação do objeto'.

Com isso, é de se presumir que, antes mesmo de lançar o procedimento administrativo, a autoridade competente realizou ampla pesquisa de mercado para que conseguisse chegar a conclusão de que os serviços e/ou bens que pretende licitar se enquadram nos conceitos acima elencados, **o que se verifica informado no item 2.1 do termo de referência (p. 19).**

Nesse contexto, da análise dos autos, notadamente do conteúdo do Termo de Referência e justificativa anexos, pressupõe-se, estritamente com base nos estudos técnicos sobre os quais se presume a legitimidade, que o objeto a ser licitado enquadra-se dentro o conceito de bens e serviços comuns, o que viabiliza a adoção do pregão como modalidade licitatória e o exame dos demais aspectos jurídicos relativos ao certame.

### III. 5) Dos requisitos legais para a realização do pregão

O pregão eletrônico é regido por legislação nacional, e no âmbito municipal pelo decreto n. 5/2024, e dentre suas normas se estabelece os procedimentos preparatórios que deverão ser observados pela administração quando da adoção desta modalidade licitatória. Neste sentido dispõem, respectivamente, o art.18 da Lei n. 14.133/21, e o art. 10, do Decreto Municipal n. 5/2024<sup>4</sup>, *ipsis litteris*:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

<sup>4</sup> “Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para contratação de bens, serviços e obras da Administração Pública Direta e Indireta no âmbito do Município de Comodoro/MT.”



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

- 
- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
  - II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
  - III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
  - IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
  - V - a elaboração do edital de licitação;
  - VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
  - VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
  - VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
  - IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
  - X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
  - XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o [art. 24 desta Lei](#).

Decreto Municipal n. 5/2024:

**Art. 10.** A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos os documentos e procedimentos necessários de que dispõe o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, observada a modalidade de licitação adotada, nos termos do art. 3º.

Frente a isso, passa-se ao cotejo entre estas exigências legais e regulamentares e a instrução dos presentes autos, no intuito de verificar a regularidade jurídica do caso em exame, ou, se for o caso, apontar as providências que ainda devem ser adotadas pelo órgão demandante.

**Da justificativa da contratação**

É importante lembrar que a teoria dos motivos determinantes preconiza que os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos, para todos os efeitos jurídicos.

Até mesmo sua validade dependerá da efetiva existência dos motivos apresentados.

Recomenda-se, por isso, especial cautela quanto aos seus termos, que devem ser claros, precisos e corresponder a real demanda da municipalidade, sendo inadmissíveis especificações que não agreguem valor ao resultado da contratação, ou superiores às necessidades do Município, ou, ainda, que estejam defasadas tecnológica e/ou metodologicamente.

Por isso, os autos do procedimento licitatório devem ser instruídos com a devida justificativa da demanda, baseada em adequada fundamentação, apresentada a sua pertinência e relevância em relação à necessidade identificada.

No caso em concreto, verifica-se a presença da justificativa à fl. 17 e seguintes, cuja discricionariedade e mérito são de atribuição do órgão demandante.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

### Do termo de referência e da definição do objeto

Cuida-se o termo de referência de documento de natureza técnica, essencial à instrução do procedimento e que deve conter todos os elementos caracterizadores do objeto que se pretende licitar, como a sua descrição detalhada, o orçamento estimativo decustos e o cronograma físico-financeiro da execução.

Tal documento deve propiciar a avaliação do custo pela Administração, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução contratual.

Estabelece também a lei de regência que deve deixar clara a definição do objeto do certame.

Nos autos, percebe-se a consonância entre o objeto detalhado pela área requisitante e aquele definido pela autoridade competente, constante da minuta de Edital.

Segundo o inc. XXIII do art. 6º, c/c §1º do art. 40, da lei n. 14.133/2021, o termo de referência deverá conter os seguintes elementos, no que couber ao caso em concreto:

[...]

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária;

[...]

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

Para a regularidade do certame é imprescindível que a definição do objeto, refletida no termo de referência, corresponda às reais necessidades do Município, evitando-se detalhes excessivos, irrelevantes ou desnecessários, capazes de conduzir à limitação da competitividade do certame.

Deve-se registrar, na oportunidade, que dado ao caráter eminentemente técnico do TR, não pode a assessoria jurídica avaliar as especificações utilizadas, recomendando-se à Administração que verifique o cumprimento deste requisito.

Em todo caso, quando aos elementos obrigatórios retro mencionados, verifica-se neste procedimento a sua presença. Todavia, **algumas informações do TR recomendam análise pelo órgão demandante, que serão pontuadas nas linhas a seguir.**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**Item 2.5. do TR. Aplicação de exclusividade de participação às microempresas e empresas de pequeno porte. Arts. 47 e 48, I, da lei complementar n. 123/2006. Impossibilidade. Item único de contratação acima de R\$ 80.000,00**

O item 2.5 do TR (p. 20), estabelece que *devido ao município possuir o mínimo legal de 03 (três) empresas no ramo de atividade dos itens do presente processo licitatório, será aplicado o benefício previsto na lei 123/2006, sendo EXCLUSIVO os itens abaixo de R\$ 80.000,00.*

Sob essa ótica, **se estabeleceu a participação exclusiva de MPEs nos itens de contratação em razão de “existirem 3 empresas no ramos de atividade dos itens no Município”.**

No entanto, para definir a aplicação da exclusividade de participação em favor das MPEs nos itens de contratação, dispõe o art. 48, I, que o critério para tanto é o valor do item, pois torna obrigatória a exclusividade dessa espécie nos itens até R\$ 80.000,00, desde que não incidam ao caso as excludentes desse benefício, retratados no art. 49, da LC 123/20026, dentre eles o inciso II, que estabelece não se aplicar o benefício **se não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores** competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

No caso em exame, segundo o item 2.1 do termo de referência (p. 19), o único item em contratação equivale a R\$ 419.290,00, portanto, excede a R\$ 80.000,00, **não atraindo a obrigatoriedade da exclusividade de participação à MPEs.**

Veja-se que o fator “existência de 3 microempresas ou pequeno porte no Município ou regionalmente”, em verdade, é causa que deve ser investigada a partir da verificação de que o item em contratação não excede a R\$ 80.000,00, revelando-se uma excludente de aplicação do benefício quando não verificada pela Administração, em prestígio à



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

competitividade do certame (mínimo 3 licitantes local ou regionalmente, para preservar a competitividade mínima).

Assim, **em virtude do item de contratação exceder a R\$ 80.000,00, deve-se garantir a ampla participação das demais empresas de outros portes societários, sob pena de configurar cláusula restritiva de participação**, recomendando-se a retificação do item 2.5 do TR (p. 19), incluindo a participação geral.

### **Da forma de fornecimento (item 7.2 do TR – p. 24)**

Quanto a forma de fornecimento, estabelece o item 7.2 do TR (p. 24) que *o fornecimento do objeto será integral*.

A contratação a ser gerada a partir desta licitação é uma aquisição por compra.

Entende o TCU que para as compras o contrato deverá prever a forma de fornecimento do objeto.

Cita a corte de contas que o **fornecimento integral** consiste naquele em que **o objeto é entregue de imediato**, enquanto que **“será parceladamente quando o objeto puder ser entregue em itens, lotes, etapas, parcelas etc.** Exemplo: resmas de papel, material de limpeza, água, açúcar e café para entrega mensal em quantidades determinadas.”<sup>5</sup> (TCU, 2010, P. 674).

Sem adentrar ao aspecto técnico da execução do contrato, salvo melhor juízo, **é grande a probabilidade de que as entregas do objeto ocorram de forma parcelada**, já que se trata da aquisição, pelo sistema de registro de preços, de 3.646 cargas de gás, para variados órgãos da administração.

---

<sup>5</sup> Brasil. Tribunal de Contas da União. Licitações e contratos : orientações e jurisprudência do TCU / Tribunal de Contas da União. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Brasília : TCU, Secretaria-Geral da Presidência : Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. p. 674)



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

Por isso, em caráter opinativo, recomenda-se reavaliar a forma de fornecimento elencada no item 7.2 do TR (p. 24), e se confirmada a dinâmica de entrega acima detalhada, **alterá-la para a forma de fornecimento parcelada.**

**Da pesquisa de preços e do orçamento estimado**

A partir da especificação precisa do objeto e de todos os elementos que o caracterizam (quantidades, metodologia e tecnologia a serem empregados, critérios ambientais, etc) a equipe técnica do órgão demandante promoverá a adequada pesquisa de preços estabelecida pelo ordenamento jurídico.

A cotação de preços deve ser ampla e atualizada, com vistas a refletir o preço de mercado em relação ao produto ou serviço, e deve guardar rigor metodológico de proporcional à complexidade da demanda e aos riscos envolvidos.

Vejamos o teor da resolução de consulta n. 20/2016, do TCE/MT, a respeito da matéria:

**Ementa:** TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. **1)** A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: **preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária;** consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sítios especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. **2)** Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.

O art. 23 da lei n. 14.133/2021 dispõe que *o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*

O §1º do mesmo dispositivo legal relaciona que *para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

- I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

No município de Comodoro/MT, o Decreto Municipal n. 11/2023 dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, e tocante aos seus elementos, em vista de sua natureza técnica e variação de acordo com a natureza e complexidade da contratação, recomenda-se, no que couber ao caso em concreto, a observância aos seus requisitos obrigatórios.

Nessa linha, assim como a legislação regente, o art. 4º da normativa local estabelece os parâmetros a serem adotados na realização da pesquisa de preços, a saber:

Art. 4º. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I. composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- III. dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
- IV. pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou V. pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital.



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

É importante observar que nos termos do §1º do art. 4º, **qualquer que seja o parâmetro adotado, deverão ser apresentados, no mínimo, 03 (três) fontes de preços, com exceção à apresentação de justificativa e documentos comprobatórios da circunstância, no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o §2º.**

Ademais, a normativa ainda prevê que na formação do preço devem ser prestigiados os seguintes parâmetros: *I. composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; e II. contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;* devendo-se justificar nos autos a hipótese de impossibilidade de sua utilização (§3º do art. 4º).

Ressalto, ainda, a necessidade de se observar os elementos formais do documento de balizamento dos preços, elencados no art. 2º do decreto em voga, a saber:

Art. 2º. A pesquisa de preços será materializada em documento de balizamento que conterá, no mínimo:

- I. descrição do objeto a ser contratado;
- II. identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;
- III. caracterização das fontes consultadas, com indicação do preço unitário e quantidade, CNPJ do fornecedor, razão social, número da ata de registros de preços ou contrato utilizado, dentre outros elementos necessários para a qualificação da fonte obtida;
- IV. método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;
- V. justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;
- VI. memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

suporte, e

- VII. justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do § 1º do art. 23, da Lei n.º 14.133/2021.

**§ 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.**

**§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final. (grifos)**

No caso em exame, pertinente aos parâmetros a serem adotados para a formação do preço estimado, descritos no art. 4º do decreto n. 11/2023, verifica-se que ao elaborar o Termo de Justificativa de Preços (p. 37 e seguintes) a equipe técnica declarou que *foram realizados orçamentos com empresas da região prestadoras do serviço licitado, que ofereceram seus orçamentos baseadas no Termo de Referência deste procedimento licitatório, além de consulta no sistema Radar, do TCE-MT, BANCO DE PREÇOS.*

Nesse sentido, recomenda-se que a equipe técnica certifique que em relação a cada item, em qualquer que seja o parâmetro adotado, tenham sido apresentadas, no mínimo, 03 (três) fontes de preços (§ 1º do art. 4º, decreto 11/2023), **com exceção à apresentação de justificativa e documentos comprobatórios da circunstância, no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o § 2º do art. 4º do decreto 11/2023.**

Além disso, **deve o termo de justificativa de preços ser complementado, ao final, com as declarações citadas nos §§ 1º e 2º do art. 2º do decreto 11/2023<sup>6</sup>, devendo**

---

<sup>6</sup> § 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.

§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final. (grifos)



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

constar, ainda os elementos relacionados nos seus incisos, o que se recomenda reavaliar antes da publicação do edital, para certificar-se das suas presenças no documento de balizamento.

O balizamento de preços também ocorreu por meio de pesquisas de preços com particulares (termo de justificativa de preços – p. 65).

Nessa circunstância, cabe a análise aos elementos formais da pesquisa de preços com particulares, conforme reza o § 4º do art. 4º, que assim dispõe:

Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

**I. prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado; II. obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo: a) descrição do objeto, valor unitário e total; b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente; c) endereços físico e/ou eletrônico e telefone de contato; d) data de emissão; e) nome completo e identificação do responsável; f) assinatura do emitente; III. informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 3º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; IV. registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput; V. a juntada da cópia do Cartão CNPJ da empresa cotada em anexo ao orçamento apresentado, e VI. a possibilidade do orçamento ser apresentado em via original ou cópia autenticada, salvo quando enviado em anexo no e-mail eletrônico oficial da empresa emitente ao e-mail oficial do Município, quando será admitida a cópia do documento. § 5º.** Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente.

A esse teor, **recomenda-se a verificação dos orçamentos em relação aos seus elementos formais**, previamente à fase externa do certame, para garantia de que estão em consonância com as normativas regentes, e caso não estejam, promover suas complementações.

Por fim, recomendo que seja reexaminado o processo, de modo a certificar se todos os orçamentos utilizados para o balizamento de preços juntados aos autos foram corretamente inseridos no quadro demonstrativo de preços e, por fim, se os preços balizados estão corretamente inseridos no termo de referência, **em especial, incluindo-se as pesquisas de preços no sistema RADAR e com fornecedores particulares do objeto, conforme citado no termo de justificativa de preços (p. 37-38).**

**Das exigências de habilitação**

Dispõe o art. 62 da lei n. 14.133/2021 que a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em: I - jurídica; II - técnica; III - fiscal, social e trabalhista; IV - econômico-financeira.

Além dos documentos de registro, inscrição e atos constitutivos, a lei n. 14.133/2021 determina, em suma, que a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira.

Nos termos do inc. II do art. 63, da lei n. 14.133/2021, **deverá ser exigida a habilitação somente em relação ao licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

**anteceder a de julgamento das propostas, circunstância que deverá estar prevista e objetivamente definida no instrumento convocatório, o que de antemão se recomenda.**

Do mesmo modo, dispõe o inc. III do art. 63 da mesma legislação, que serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado; **circunstância que deverá estar previa e objetivamente definida no instrumento convocatório, o que de antemão se recomenda** inserir no item 8 (Da habilitação).

Deve constar ainda, no edital, exigência de declaração de que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o inc. IV do art. 63, recomendando-se sua inserção do instrumento.

Impõe-se, ainda, prever no edital cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§1º do art. 63), o que se recomenda inserir no instrumento.

**Da habilitação jurídica. Item 9.1.3, letra “e” do edital. Inabilitação de participante portador de CCMEI com efeito provisório. Necessidade de retificação. Potencial cláusula irregular**

Direto ao ponto, o item 9.3.1, letra “e”, do edital, em sua parte final, reza que **o MEI que apresentar CCMEI com efeito provisório será inabilitado.**

Todavia, ao regulamentar a emissão do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), o art. 3º da Resolução n. 16/2009 do CGSM, dispõe o seguinte em relação ao **efeito de alvará de funcionamento:**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

*Art. 3º O processo de registro, alteração, baixa e legalização do MEI observará as disposições da Lei nº [11.598](#), de 3 de dezembro de 2007, da Lei Complementar nº [123](#), de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº [128](#), de 19 de dezembro de 2008, da Lei n. [12](#), 470, de 01 de setembro de 2011, da Lei Complementar n. [139](#), de 11 de novembro de 2011, assim como as seguintes diretrizes específicas: (Redação dada pela Resolução CGSIM nº 26, de 8 de dezembro de 2011)*

*[...]*

*VIII – possibilitar o funcionamento do Microempreendedor Individual imediatamente após as inscrições eletrônicas na Junta Comercial e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante a sua manifestação, por meio eletrônico, de concordância com o conteúdo do Termo de Ciência e de Responsabilidade com Efeito de Alvará e Licença de Funcionamento Provisório;*

A resolução CGSIM n. 22/2010, no art. 2º, inciso XI, especifica a forma de conversão do alvará provisório em alvará de funcionamento, que ocorre de maneira automática da seguinte forma:

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução considera-se:

(...)

**XI - conversão do Alvará de Funcionamento Provisório em Alvará de Funcionamento:** caso os órgãos e entidades competentes não promovam as respectivas vistorias no prazo de vigência do Alvará de Funcionamento Provisório, este se converterá, **automaticamente, em definitivo;**

Nesse contexto, pelas próprias redações normativas o alvará conferido ao microempreendedor individual, numa primeira etapa, possui, para todos, efeito de provisório, mas que os licenciam para funcionamento imediatamente após as respectivas inscrições nas entidades e cadastros de pessoa jurídica citados, se convertendo em definitivo se os órgãos e entidades competentes não obstarem o empreendimento em eventual vistoria específica.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Assim, tem-se que ao dispor sobre a inabilitação de MEIs com alvarás e licenças de funcionamento provisório, fatalmente estar-se-ia inabilitando, de maneira geral, os microempreendedores recém formalizados, violando o princípio da isonomia, do livre acesso ao mercado, e sem justificativa técnica nos autos que demonstre a inaptidão do MEI para contratar com a administração, em razão de possuir licença provisória de funcionamento.

Por esse motivo, **ressalvada eventual justificativa técnica que enfrente o prejuízo à administração na contratação de MEI com licença provisória**, frente ao objeto, recomenda-se a exclusão do item 9.1.3, letra “e”, do edital, por configurar, sem a devida motivação técnica, cláusula restritiva de participação.

### **Da habilitação técnica**

A habilitação técnica se restringe à apresentação dos documentos relacionados no art. 67, da lei n. 14.133/2021, conforme o caso, a saber:

- I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);
- III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

§ 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

§ 6º Os profissionais indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do **caput** deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

§ 7º Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista no inciso V do **caput** deste artigo por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

§ 8º Será admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referido nos incisos I e III do **caput** deste artigo.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

§ 10. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

§ 11. Na hipótese do § 10 deste artigo, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

§ 12. Na documentação de que trata o inciso I do **caput** deste artigo, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Observa-se que para a comprovação da aptidão técnica a Administração pode impor exigências relativas ao licitante, quanto ao seu pessoal técnico, solicitando a



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

comprovação por meio de certidões ou atestados de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Não se pode deixar de observar o que determina o art. 9º da lei nº 14.133/21, de que é vedada a inclusão de condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

A súmula/TCU n. 263/2011 esclarece que:

“Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado”.

Recomenda-se, portanto, que o órgão demandante atente para os entendimentos do TCU sobre o tema, como acima apresentado, demonstrando, justificadamente, nestes autos, que os parâmetros de qualificação técnica fixados no edital são necessários, suficientes e pertinentes ao objeto licitado, assegurando-se que as exigências formuladas não implicam em restrição ao caráter competitivo do certame (vide ainda o Acórdão nº 135/2005-P- TCU), e limitem-se aos documentos relacionados no art. 67, da lei n. 14.133/2021.

No caso em concreto, consoante item 9.4 do edital, as exigências de qualificação técnica são as seguintes:

9.4 DA HABILITAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 9.4.1. Certidão(ões) ou Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, que comprovem a entrega do objeto/serviço similar, pertinente ou compatíveis ao objeto desta Licitação. Na descrição deverão conter informações que permitem o entendimento dos trabalhos realizados, bem como aferir a semelhança, pertinência ou compatibilidade com o objeto licitado.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

---

9.4.2. Licença ambiental que autorize a venda/comercialização/prestação de serviço do objeto licitado, ou certidão de dispensa da mesma.

Reitera-se, por cautela, que **a licença de que trata o item 9.4.2**, por se inserir no rol dos documentos de habilitação, a teor do **inc. II do art. 63, da lei n. 14.133/2021**, **somente pode ser exigida em relação ao licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, o que não é o caso do procedimento em análise.

No mais, do exame às exigências de qualificação técnica deste edital, denota-se, salvo melhor juízo, que se limitam ao preconizado no art. 67 da lei n. 14.133/2021.

### **Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

Especificamente em relação a essa espécie de habilitação, dispõe o art. 68 que será aferida mediante a análise dos requisitos abaixo:

I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI - o cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

No caso em concreto, consoante item 9.2 do edital, as exigências de habilitação fiscal, social e trabalhista estão relacionadas da seguinte forma:

9.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHO a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ): ([https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp)); b) Prova de inscrição no cadastro Estadual ou Municipal ou Alvará, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com objeto contratual (no Alvará, caso a data de validade não esteja inserida no referido documento, a empresa licitante deverá anexar documento que comprove a sua validade); b.1) O MEI está desobrigado de apresentar o documento acima visto que já apresentado no item 9.1.3. “e”. c) Prova de Regularidade Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - Consolidada de acordo com Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014; d) Prova de Regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, incluindo a Dívida Ativa, do domicílio ou sede da empresa licitante; e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal (Tributos da Dívida Ativa) relativo ao domicílio ou sede da licitante; f) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade de Situação — CRS). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada; g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (NR) e Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

Em relação à regularidade trabalhista (letra “g” do item 9.2), orienta-se incluir na redação o aceite de certidão positiva com efeito de negativa, que também exprime regularidade fiscal, ou redação idêntica a do inc. V do art. 68 (V - a regularidade perante a Justiça do Trabalho).



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

Recomenda-se também, incluir ao rol acima a prova de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (inc. VI do art. 68).

**Da habilitação econômico-financeira**

Segundo o art. 69, da lei n. 14.133/2021, habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

**I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

**II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.**

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.



## ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE COMODORO PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do **caput** deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

No caso em concreto, o item 9.3.1 do edital estabelece a apresentação de *certidão negativa de falência, emitida pelo distribuidor da sede do licitante, constando ações movidas por e em desfavor da licitante (conforme o Tribunal)*, exigência que se mostra consonante e limitada ao texto legal.

Apesar de não constar a disposição no edital, pertinente à qualificação econômico-financeira o item 7.24 do termo de referência (p. 44) exige apresentação de balanço patrimonial, contudo, sem especificar o procedimento de apresentação, encerrando o texto da seguinte forma: (...) *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando (...)*;

Assim, recomenda-se a revisão textual do item acima, e caso seja mantida a exigência, inseri-la no edital, complementando a sua redação nos termos do art. 69, inc. I e § 6º, da lei n. 14.133/2021.

Do mesmo modo, percebe-se de maneira geral que há exigências pertinentes à habilitação que constam no termo de referência, mas não do instrumento convocatório. Sob essa ótica, embora seja o TR disponibilizado aos eventuais interessados no certame, por aprimoramento da instrução processual, com mira na melhor compreensão possível das exigências realizadas, o que minimiza o risco de impugnações e pedidos de esclarecimentos, recomenda-se conjugar as exigências colocadas nos dois instrumentos (edital e TR), para que todas estejam presentes em ambos.

### **Da previsão de existência de recursos orçamentários**

A lei n. 14.133/21 estabelece que a realização de licitação depende da previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

Direto ao ponto, se verifica a indicação orçamentária na p. 32 e ss.

**Autorização para a abertura da licitação**

Superadas as etapas relativas ao planejamento da contratação, como a definição do objeto e a indicação do recurso próprio para a despesa, torna-se possível ao gestor avaliar a oportunidade e a conveniência de se realizar a contratação.

Caso conclua por deflagrar a licitação pretendida, deve emitir a autorização para a abertura da licitação.

No caso em análise, essa exigência foi cumprida, conforme anexo à p. 30 e ss.

**III. 6) Designação do pregoeiro e equipe de apoio**

Para a realização da licitação, a autoridade competente deve designar um agente de contratação, dentre os servidores dos quadros permanentes desta Municipalidade, cujas atribuições incluem o para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação (art. 2º do decreto municipal n. 9/2023<sup>7</sup>).

Anote-se que a teor do inc. I do art. 3º do decreto mencionado, o servidor designado deve possuir atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

---

<sup>7</sup> Regulamenta a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, o funcionamento da comissão de contratação e a atuação de fiscais e gestores de contratos, nas áreas de que trata a Lei Nacional nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e dá outras providências



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

Nos autos não consta a designação do pregoeiro, o que se recomenda designar, com juntada da respectiva portaria.

Também deve ser designada, pela mesma autoridade, uma equipe de apoio ao pregoeiro em suas atividades, que deverá ser, preferencialmente, integrada por servidores públicos efetivos da administração.

**III. 7) Da minuta do edital e seus anexos**

Do exame geral à minuta do edital anexada à p. 271, primeiramente recomenda-se a retificação dos erros materiais consistente nas citações ao município de Sapezal/MT (**ex: itens 5.3; 9.5.2.1 e 10.7**).

Segundo o art. 18, incisos V da Lei 14.133/21 o processo licitatório deve ser instruído com a minuta de edital e seus anexos, dentre os quais a minuta do contrato – o que foi atendido.

O Art. 25, por sua vez, dispõe que *o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento*.

Quanto a estes pontos, da minuta do edital e seus anexos (termo de referência), salvo melhor juízo, constam tais requisitos.

**Da proibição de participação de empresas em recuperação judicial e similares. Item 4.3m letra “h” do edital**

Direto ao ponto, a letra “h” do item 4.3 do edital, veda a participação de *empresas sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação, exceto nos casos previstos neste edital*.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

Salvo melhor juízo, **não se vislumbra no instrumento a mencionada exceção à proibição de participação.**

Por isso, cabe ponderar que o TCU tem posicionamento pacífico quanto à participação de empresas nessas condições em certames licitatórios, com a condição de que demonstre *que está autorizada a efetuar negócios com terceiros (mediante ato do administrador da recuperação judicial, já deferida) quanto que demonstre ter saúde financeira mínima indispensável para tanto.*

Sob essa ótica também já se manifestou a Advocacia Geral da União (AGU), no Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU – Processo nº 00407.000226/2015-22, do qual destaco trechos:

*VI. Se a empresa postulante à recuperação não obteve o acolhimento judicial do seu plano, não há demonstração da sua viabilidade econômica, não devendo ser habilitada no certame licitatório.*

*VII. A exigência de certidão negativa de recuperação judicial é ainda válida como forma do pregoeiro ou da comissão de licitação avaliar a capacidade econômico-financeira, mas não em substituição à certidão negativa de concordata, e sim como um indicativo da situação em que se encontra a licitante.*

*VIII. A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido deve demonstrar os demais requisitos para a habilitação econômico-financeira.*

*IX. Na recuperação extrajudicial, uma vez homologado o plano, haverá plausibilidade de que a empresa possua viabilidade econômica, sendo condição de eficácia do plano que haja o acolhimento judicial do mesmo. (Grifamos)*

Fazendo coro ao entendimento, posiciona-se a renomada consultoria Zenite, que *uma vez comprovado o atendimento de todos os requisitos tidos como mínimos e indispensáveis para cumprir o futuro contrato, não há motivos para afastar a licitante que está em*



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

*recuperação judicial e que juntou decisão do Judiciário autorizando sua participação em licitação.*<sup>8</sup>

Assim sendo, recomenda-se retificar o item 4.3, letra “h”, do edital, para permitir a participação de empresas em recuperação judicial, **desde que comprovem sua capacidade financeira para execução do objeto, apresentando plano de recuperação judicial deferido pelo juízo competente.**

**Item 10.11 do edital. Cota reservada (art. 48, inc. III, LC 123/2006).  
Necessidade de indicação de itens no termo de referência**

O item 10.11 do edital se refere à existência de cota reservada de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da LC n. 123/2006, indicando que o respectivo percentual estaria no **anexo I do termo de referência.**

No entanto, da leitura ao instrumento (p. 301 e seguintes) **não se visualiza o mencionado anexo I, recomendando-se sua inserção para que os interessados tenham acesso à cota reservada às MPEs, estabelecida no item 10.11 do edital.**

**Ata de registro de preços**

**Da formalização do cadastro de reserva**

Nos termos do inc. II do art. 15, do decreto municipal n. 20/2023, recomenda-se incluir na ata o *registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original*, para formação do cadastro de reserva

---

<sup>8</sup> <https://zenite.blog.br/empresa-em-recuperacao-judicial-pode-participar-de-licitacao/>



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário a ata. (art. 15, II e § 1º do decreto 20/2023).

**Do registro e publicação da ata de registro de preços**

Deverá a ARP ser registrada e publicada de acordo com o art. 16 do decreto n. 20/2023.

**Da correção de erros materiais na minuta da ARP. Citações à revogada lei n. 8.666/1993**

A ARP encartada em diversos pontos cita e se fundamenta nas disposições das já revogadas leis n. 8.666/1993, n. 10.520/2002, dentre outras normativas já extintas. Assim, recomenda-se a revisão textual do documento, para excluir as menções a tais diplomas legais e normativos, incluindo, por seu turno, os respectivos fundamentos da ARP na lei n. 14.133/2021 e decreto regulamentador do sistema de registro de preços em âmbito municipal – n. 20/2023.

Orienta-se, ainda, retificar os itens 4.2 e 4.3 da minuta da ARP, na parte que aludem respectivamente a fornecimento de legumes, verduras e carnes e pães, por não serem, pertinentes com o objeto em licitação, sugerindo a revisão textual para identificar outras eventuais inconsistências nesse sentido.

**IV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Segundo reza o parágrafo único do art. 53 da lei n. 14.133/2021, compete à procuradoria municipal tão somente o exame prévio quanto aos aspectos jurídicos formais do procedimento, da respectiva minuta do edital e contrato administrativo a ser celebrado.

Sob essa ótica, no desempenho da função de assessoramento deste órgão jurídico, cumpre-nos alertar à autoridade administrativa sobre **a importância da devida motivação de**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

seus atos, na medida em que recairá sobre ela a responsabilidade acerca da oportunidade e conveniência na escolha do objeto e do seu planejamento quantitativo.

Por isso, parte-se da premissa de que o órgão demandante se municiou dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a adequação do objeto às necessidades da Administração Pública, observando os requisitos legalmente impostos.

O exame da demanda, por óbvio, fica adstrito aos documentos instrutores do procedimento presentes até a data de emissão desta manifestação, sem prejuízo de novo exame em caso de dúvida específica e mediante remessa dos autos eletrônicos.

Em razão do princípio da presunção da legitimidade dos atos administrativos, pressupõe-se que as especificações técnicas contidas no presente certame, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pela secretaria competente, com base em parâmetros técnicos objetivos, para melhor consecução do interesse público.

Nesse sentido, salutar mencionar, por analogia, o texto do art. 176, §3º do Regimento Interno do TCE-MT (aprovado pela Resolução Normativa nº 10/2017 - TP), que preceitua:

§ 3º. Será emitido parecer prévio, favorável ou contrário à aprovação das contas anuais, explicitando os elementos e fundamentos de convicção e ressaltando o fato de que a manifestação se baseou, exclusivamente, no exame de documentos de veracidade ideológica presumida.

Por fim, recomenda-se que durante a fase externa seja observado o disposto na lei n. 14.133/2021, regulamentada em âmbito local pelo Decreto Municipal n. 5/2024, **devendo-se atentar, ainda, para a observância dos prazos mínimos entre a publicação do edital e a ocorrência da sessão de licitação, elencados, conforme o caso, no art. 55, da lei n. 14.133/2021.**



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

**V – DA CONCLUSÃO**

Ante o exposto, restrito aos aspectos jurídico-formais da matéria e abalizado nos elementos que acompanham a solicitação apresentada pelo consulente, opino favoravelmente ao prosseguimento, **desde que atendidas às seguintes ressalvas**, que deve ser objeto de análise do órgão consulente e/ou do ilustre Departamento de Licitação e Contratos, a saber:

**Estudo técnico preliminar**

- (i) Presentes os elementos mínimos, ao excetuar alguns elementos do ETP como obrigatórios, o próprio **§ 2º do art. 18 da lei n. 14.133/2021, na sua parte final**, estabelece que *quando o documento técnico não contemplar os demais elementos, devem ser apresentadas as devidas justificativas* pertinentes às suas ausências, o que se recomenda anexar ao procedimento, no próprio ETP ou documento autônomo, pertinente à demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- (ii) Para complementação da instrução e atendimento integral aos termos do § 2º do art. 18, da lei n. 14.133/2021 e do inc. V do art. 8º do decreto municipal n. 21/2023, **recomenda-se que conjuntamente à apresentação das estimativas das quantidades dos produtos (item 7 do ETP – p. 10) o órgão demandante anexe ao procedimento as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;**

**Da análise de riscos**

- (iii) No caso em exame, verifica-se a inexistência do mapa de riscos. Por isso, **recomenda-se a juntada do instrumento, ou, se a critério de avaliação do órgão demandante**, tratar-se o objeto de solução extremamente simples ou que a administração já tenha acumulado elevado nível de



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

conhecimento quanto aos seus riscos análise técnica e de gestão),  
apresentar as devidas justificativas e fundamentos nesse sentido.

**Termo de referência**

- (iv) **em virtude do único item de contratação exceder a R\$ 80.000,00,** deve-se garantir a ampla participação das demais empresas de outros portes societários, **sob pena de configurar cláusula restritiva de participação,** recomendando-se a retificação do item 2.5 do TR (p. 19), incluindo a participação geral;
- (v) Recomenda-se reavaliar a forma de fornecimento elencada no item 7.2 do TR (p. 24), e se confirmada a dinâmica de entrega de forma parcelada (por demanda da administração, seja diária, mensal ou qualquer forma que compreenda etapas), **alterá-la para a forma de fornecimento parcelada;**

**Da pesquisa de preços e do orçamento estimado**

- (vi) Recomenda-se a certificação de que em relação a cada item, em qualquer que seja o parâmetro adotado, tenham sido apresentadas, no mínimo, 03 (três) fontes de preços (§ 1º do art. 4º, decreto 11/2023), **com exceção à possibilidade de apresentação de justificativa e documentos comprobatórios no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o § 2º do art. 4º do decreto 11/2023, além da juntada das pesquisas de preços com particulares e Banco de Preços, citadas no termo de justificativa de preços;**
- (vii) Orienta-se que o termo de justificativa de preços seja complementado, ao final, com as **declarações citadas nos §§ 1º e 2º do art. 2º do decreto**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

11/2023<sup>9</sup>, devendo constar, ainda, os elementos relacionados nos seus incisos, o que se sugere reavaliar antes da publicação do edital, para certificar das suas presenças no documento de balizamento;

- (viii) Recomenda-se a verificação dos orçamentos fornecidos por particulares (assim que juntados) em relação aos seus elementos formais (o §4º do art. 4º, do decreto n. 11/2023), previamente à fase externa do certame, para garantia de que estão em consonância com as normativas regentes, e caso não estejam, promover suas complementações;

**Das exigências de habilitação**

- (ix) Recomenda-se inserir exigência de declaração de que a licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme o inc. IV do art. 63, recomendando-se sua inserção do instrumento;
- (x) Prever no edital cláusula que exija dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§1º do art. 63, da lei n. 14.133/2021);

---

<sup>9</sup> § 1º. Deverá constar, ao final da planilha de preços/balizamento, a declaração expressa do servidor quanto a sua integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada e pela fidelidade das informações prestadas.

§ 2º. O balizamento de preços deverá conter todos os dados funcionais do servidor público responsável por sua elaboração, ser vistados em todas as suas páginas e rubricado ao final. (grifos)



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO DE COMODORO**  
**PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

- (xi) Incluir no rol da habilitação fiscal, social e trabalhista a prova de cumprimento ao disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#). (inc. VI do art. 68, da lei n. 14.133/2021) e; quanto a habilitação trabalhista, a possibilidade de apresentação de certidão positiva com efeito de negativa ou redigir o item respectivo nos moldes do inc. V do art. 78 (exigência de “regularidade perante a justiça do trabalho);
- (xii) Apesar de não constar a disposição no edital, pertinente à qualificação econômico-financeira o item 7.24 do termo de referência (p. 44) exige apresentação de balanço patrimonial, contudo, sem especificar o procedimento de apresentação, encerrando o texto da seguinte forma: *(...)Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando (...)*; Assim, recomenda-se a revisão textual do item acima, e caso seja mantida a exigência, inseri-la no edital, complementando a sua redação nos termos do art. 69, inc. I e § 6º, da lei n. 14.133/2021;
- De maneira geral, **há exigências pertinentes à habilitação que constam no termo de referência, mas não do instrumento convocatório**. Sob essa ótica, embora seja o TR disponibilizado aos eventuais interessados no certame, por aprimoramento da instrução processual e com mira na melhor compreensão possível das exigências realizadas - o que minimiza o risco de impugnações e pedidos de esclarecimentos, recomenda-se conjugar as exigências colocadas nos dois instrumentos (edital e TR), para que todas estejam presentes em ambos;
- (xiii) **Habilitação jurídica (item 9.1.3):** Ao dispor o item 9.1.3, letra “e”, sobre a inabilitação de MEIs com alvarás e licenças de funcionamento provisório, fatalmente estar-se-ia inabilitando, de maneira geral, os microempreendedores recém formalizados, violando o princípio da isonomia, do livre acesso ao mercado, e sem justificativa técnica nos



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

autos que demonstre a inaptidão do MEI para contratar com a administração, em razão de possuir licença provisória de funcionamento. Por esse motivo, **ressalvada eventual justificativa técnica que enfrente o prejuízo à administração na contratação de MEI com licença provisória**, frente ao objeto, **recomenda-se a exclusão do item 9.1.3, letra “e”, do edital, por configurar, sem a devida motivação técnica, cláusula restritiva de participação;**

- (xiv) Pondera-se, por cautela, que a licença de que trata o **item 9.4.2**, por se inserir no rol dos documentos de habilitação, a teor do **inc. II do art. 63, da lei n. 14.133/2021, somente pode ser exigida em relação ao licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, o que não é o caso do procedimento em análise;

**Designação do pregoeiro e equipe de apoio**

- (xv) Recomenda-se a expedição do ato formal de designação do pregoeiro e equipe de apoio, com encarte aos autos;

**Da minuta do edital e seus anexos**

- (xvi) Orienta-se corrigir os erros materiais de citação ao município de Sapezal no edital (**itens 5.3; 9.5.2.1 e 10.7**);
- (xvii) O item 10.11 e sucessivos se referem à existência de cota reservada de até 25% do objeto para contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inc. III, da LC n. 123/2006, indicando que o respectivo percentual estaria no **anexo I do termo de referência**. No entanto, da leitura ao instrumento (TR) não se visualiza o mencionado anexo I, recomendando-se sua inserção para que os interessados tenham acesso à cota reservada às MPes, estabelecida no item 10.11 do edital;



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**

---

- (xviii) recomenda-se retificar o item 4.3, letra “h”, do edital, para permitir a participação de empresas em recuperação judicial, **desde que comprovem sua capacidade financeira para execução do objeto, apresentando plano de recuperação judicial deferido pelo juízo competente;**

**Da ata de registro de preços**

- (xix) Recomenda-se incluir o cadastro de reserva da ata de registro de preços, nos termos do inc. II do art. 15, do decreto municipal n. 20/2023;
- (xx) Deverá a ARP ser registrada e publicada de acordo com o art. 16 do decreto n. 20/2023;
- (xxi) A ARP encartada, em diversos pontos cita e se fundamenta nas disposições das já revogadas leis n. 8.666/1993, n. 10.520/2002, dentre outras normativas já extintas. Assim, recomenda-se a revisão textual do documento, para excluir as menções a tais diplomas legais e normativos, incluindo, por seu turno, os respectivos fundamentos da ARP na lei n. 14.133/2021 e decreto regulamentador do sistema de registro de preços em âmbito municipal – n. 20/2023;
- (xxii) retificar os itens 4.2 e 4.3 da minuta da ARP, na parte que aludem respectivamente a fornecimento de legumes, verduras e carnes e pães, por não serem, pertinentes com o objeto em licitação, sugerindo a revisão textual para identificar outras eventuais inconsistências nesse sentido.

É o parecer, *s.m.j.*

Comodoro/MT, 18 de junho de 2024.



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO DE COMODORO  
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO**



Documento assinado digitalmente

**RAFAEL VASCONCELOS**

Data: 18/06/2024 16:38:44-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafael Vasconcelos  
Procurador do Município



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE**  
**COMPRAS**

Gestão 2021/2024

Comodoro/MT, 26 de Junho de 2024.

**Ofício Compras N° 06/2024**

Prezados,

Em resposta ao PARECER JURÍDICO N° 55/2024-PGM

**Estudo técnico preliminar**

(i) **Presentes os elementos mínimos, ao excetuar alguns elementos do ETP como obrigatórios, o próprio § 2º do art. 18 da lei n. 14.133/2021, na sua parte final, estabelece que quando o documento técnico não contemplar os demais elementos, devem ser apresentadas as devidas justificativas pertinentes às suas ausências, o que se recomenda anexar ao procedimento, no próprio ETP ou documento autônomo, pertinente à demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;**

Resposta: Não possuímos plano de contratação anual.

(ii) **Para complementação da instrução e atendimento integral aos termos do § 2º do art. 18, da lei n. 14.133/2021 e do inc. V do art. 8º do decreto municipal n. 21/2023, recomenda-se que conjuntamente à apresentação das estimativas das quantidades dos produtos (item 7 do ETP – p. 10) o órgão demandante anexe ao procedimento as memórias de cálculo e os documentos que lhe dão suporte;**

Resposta: Foi feito um processo licitatório, porém a secretaria de educação acabou ficando fora, ou seja, ficaram sem recarga de gás, tendo que apostilar das outras secretarias, ou seja, o processo já está ficando praticamente sem nada, e foi usado os quantitativos deste processo para este novo.

**Da análise de riscos**

(iii) **No caso em exame, verifica-se a inexistência do mapa de riscos. Por isso, recomenda-se a juntada do instrumento, ou, se a critério de avaliação do órgão demandante, tratar-se o objeto de solução extremamente simples ou que a administração já tenha acumulado elevado nível de conhecimento quanto aos seus riscos análise técnica e de gestão), apresentar as devidas justificativas e fundamentos nesse sentido.**

Resposta: Neste processo licitatório não será necessário a utilização do mapa de riscos.

Justificativa a dispensa do mapa de risco do negócio devido à simplicidade da aquisição de materiais permanentes pode ser fundamentado de várias maneiras:

---

Av. Rei Salomão, s/nº – Setor Industrial II – Tel. (65) 3283-1192 – CEP 78310-000  
e-mail: [smoadm@comodoro.mt.gov.br](mailto:smoadm@comodoro.mt.gov.br) – Comodoro - MT



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE**  
**COMPRAS**

Gestão 2021/2024

**Baixo Impacto Financeiro:** Se a aquisição dos materiais permanentes não representa um investimento significativo em relação ao capital da empresa, pode-se argumentar que os riscos associados são mínimos, tornando o mapa de risco desnecessário.

**Conhecimento Prévio do Fornecedor:** Se a empresa já tem um histórico positivo com o fornecedor dos materiais permanentes, isso pode reduzir a necessidade de uma análise extensiva de riscos, pois a confiabilidade do fornecedor já foi estabelecida.

**Simplicidade do Processo de Aquisição:** Se o processo de aquisição é simples, com requisitos claros e diretos, e os materiais são de natureza comum e de fácil obtenção no mercado, os riscos associados podem ser considerados baixos.

**Características dos Materiais:** Materiais permanentes são de baixo risco intrínseco, por exemplo, não são inflamáveis, tóxicos ou perigosos, isso pode justificar a dispensa do mapa de risco, já que os perigos associados são mínimos.

**Experiência Interna:** Se a empresa possui conhecimento interno suficiente para lidar com os materiais adquiridos, incluindo armazenamento adequado, manipulação e uso seguro, isso pode reduzir a necessidade de uma avaliação extensiva de riscos.

No entanto, é importante ressaltar que a dispensa do mapa de risco deve ser cuidadosamente considerada e documentada, garantindo que a decisão seja baseada em uma avaliação completa dos riscos envolvidos na aquisição dos materiais permanentes.

#### **Termo de referência**

**(iv) em virtude do único item de contratação exceder a R\$ 80.000,00, deve-se garantir a ampla participação das demais empresas de outros portes societários, sob pena de configurar cláusula restritiva de participação, recomendando-se a retificação do item 2.5 do TR (p. 19), incluindo a participação geral;**

Resposta: Foi excluído no TR, conforme recomendação.

**(v) Recomenda-se reavaliar a forma de fornecimento elencada no item 7.2 do TR (p. 24), e se confirmada a dinâmica de entrega de forma parcelada (por demanda da administração, seja diária, mensal ou qualquer forma que compreenda etapas), alterá-la para a forma de fornecimento parcelada;**

Resposta: Foi alterado conforme recomendação.

#### **Da pesquisa de preços e do orçamento estimado**

Av. Rei Salomão, s/nº – Setor Industrial II – Tel. (65) 3283-1192 – CEP 78310-000  
e-mail: [smoadm@comodoro.mt.gov.br](mailto:smoadm@comodoro.mt.gov.br) – Comodoro - MT



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE**  
**COMPRAS**

Gestão 2021/2024

**(vi) Recomenda-se a certificação de que em relação a cada item, em qualquer que seja o parâmetro adotado, tenham sido apresentadas, no mínimo, 03 (três) fontes de preços (§ 1º do art. 4º, decreto 11/2023), com exceção à possibilidade de apresentação de justificativa e documentos comprobatórios no caso de sua impossibilidade, conforme dispõe o § 2º do art. 4º do decreto 11/2023, além da juntada das pesquisas de preços com particulares e Banco de Preços, citadas no termo de justificativa de preços;**

Resposta: Tendo em vista que as orçamentos foram retirados do sistema banco de preços e radar, uma vez que eles fazem a mediana, ou seja, preços praticados em média no mercado.

Ao calcular a mediana dos preços coletados, está obtendo uma estimativa mais robusta do custo médio de determinado serviço ou produto, o que pode ser útil para tomada de decisões financeiras e planejamento orçamentário, não sendo necessário a utilização de 3 orçamentos.

**(vii) Orienta-se que o termo de justificativa de preços seja complementado, ao final, com as declarações citadas nos §§ 1º e 2º do art. 2º do decreto 11/2023, devendo constar, ainda, os elementos relacionados nos seus incisos, o que se sugere reavaliar antes da publicação do edital, para certificar das suas presenças no documento de balizamento;**

Resposta: Foi feito conforme solicitado, segue nova declaração de justificativa de preços.

**(viii) Recomenda-se a verificação dos orçamentos fornecidos por particulares (assim que juntados) em relação aos seus elementos formais (o §4º do art. 4º, do decreto n. 11/2023), previamente à fase externa do certame, para garantia de que estão em consonância com as normativas regentes, e caso não estejam, promover suas complementações;**

Resposta: Não foi necessário orçamentos de fornecedores particulares.

Atenciosamente

**Avilla Fatima da Silva**  
**Coordenadora departamento de compras**


Av. Rei Salomão, s/nº – Setor Industrial II – Tel. (65) 3283-1192 – CEP 78310-000  
e-mail: [smoadm@comodoro.mt.gov.br](mailto:smoadm@comodoro.mt.gov.br) – Comodoro - MT

## INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: OFICIO\_N.\_06\_2024\_Juridico\_GAS\_copia\_1.pdf  
Hash (SHA256): ee+wXJteUjzNhSx05va7jKYbowSQjuMjo55c+NjXJH0=  
Tamanho do Documento: 260413 bytes  
Data de Recebimento do Documento: 27/06/2024 09:25:59  
Status do Documento: Assinado  
Link de Validação: <http://validador.assinepelainternet.com.br>  
Código de Validação: 3881768




## Signatário AVILLA FATIMA DA SILVA

Status da Assinatura:  VALIDO  
Nome do Arquivo de Assinatura: API\_84695\_47709\_1803017162379237.pdf.api  
Data da Assinatura: 27/06/2024 09:26:22  
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica  
Propósito da Assinatura: Assinante  
IP de Origem do Acesso: 131.108.166.126  
Operadora do IP de Origem: 131-108-166-126.netwaytelecon.com.br

## Informações do Signatário

CPF: 039.\*\*\*.\*\*\*-59  
E-mail: si\*\*\*\*\*@gmail.com  
Telefone: (65)99225-\*\*\*\*  
Validado por: Consulta na Receita Federal  
Cadastro validado às: 08:53:34 do dia 27/06/2024

## Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO  
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151  
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING  
Nº de Série: 263672565  
Data: 27/06/2024 09:26:22



## ESTADO DE MATO GROSSO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

Gestão 2021/2024

#### TERMO DE JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

A pesquisa de preços representa importante instrumento para as contratações e aquisições administrativas, bem como, a correta aplicação dos recursos públicos. Sua utilidade é relevante para a escolha da modalidade licitatória – no regime da lei nº 14.133/21. As **leis de licitações orientam que a Administração deve justificar a apresentação dos preços e expor aos praticados no mercado.** Assim sendo, os processos de licitação devem ser compostos com o devido termo de justificativa de preços e com fontes de pesquisa variadas.

Vale observar que a **Jurisprudência do TCE/MT** é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços de mercado é uma fase da licitação a ser cumprida, sendo assim uma exigência legal para todos os processos licitatórios, em resumo, **será necessária apresentação de justificativa adequada para balizar o valor dos itens a ser licitado.**

A justificativa do preço por item se insere na fase interna do processo licitatório como uma ferramenta que irá balizar o bom andamento dos itens a serem adquiridos, **quando a Administração Municipal estima os custos de suas aquisições ou contratações estará ampliando a competitividade entre as empresas fornecedoras** proporcionando também a devida transparência que é peculiar sem perda econômica as fontes de recursos Públicos.

Nesse sentido, foram realizados orçamentos com empresas da região prestadoras do serviço licitado, que ofereceram seus orçamentos baseadas no Termo de Referência deste procedimento licitatório, além de consulta no sistema Radar, do TCE-MT, BANCO DE PREÇOS.

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO BALIZAMENTO E PESQUISA DE PREÇOS

Eu, Avilla Fatima Da Silva, portadora do CPF 039482861-59 e matrícula 4469, declaro expressamente minha integral responsabilidade pelo balizamento e pesquisa de preços realizada, bem como pela fidelidade das informações prestadas, conforme estabelecido nas normativas vigentes e nos procedimentos internos desta instituição.

Comprometo-me a conduzir o processo de balizamento e pesquisa de preços com diligência e ética, garantindo a veracidade e precisão das informações obtidas. Reconheço que a confiabilidade desses dados é fundamental para a tomada de decisões adequadas e transparentes por parte desta instituição. Assumo o compromisso de realizar todas as etapas do processo de balizamento e pesquisa de preços de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a lisura e a transparência de todas as atividades relacionadas.

Por meio desta declaração, isento esta instituição de qualquer responsabilidade decorrente de eventuais falhas ou imprecisões nas informações obtidas durante o processo de balizamento e pesquisa de preços, assumindo total responsabilidade por quaisquer consequências advindas de tais ocorrências. Declaro ainda estar ciente das penalidades previstas em caso de descumprimento das normativas e procedimentos estabelecidos, estando disposta a responder por eventuais infrações cometidas durante a execução das atividades relacionadas ao balizamento e pesquisa de preços.

15 de Abril de 2024

## PLANILHA ORÇAMENTÁRIA


1. **TOTAL GERAL (ESTIMADO):** R\$ 419.290,00 (Quatrocentos e dezenove mil, duzentos e noventa reais).
2. Para fins de balizamento, utilizou-se da mediana de preços dos valores obtidos em pesquisa em portais de referência de licitações públicas, como:  
**RADAR/TCE** (<https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/radar/radar.html>), e **BANCO DE PREÇOS** (<https://www.bancodeprecos.com.br/>).

## INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: 004\_JUSTIFICATIVA\_DE\_PRECOS\_CORRETA.pdf  
Hash (SHA256): 1dJicr5uJSUZ0Kv9VLp4BuUgJ/N3WrVDVN1VqI/qP8k=  
Tamanho do Documento: 351684 bytes  
Data de Recebimento do Documento: 27/06/2024 08:53:34  
Status do Documento: Assinado  
Link de Validação: <http://validador.assinepelainternet.com.br>  
Código de Validação: 3728334




## Signatário AVILLA FATIMA DA SILVA

Status da Assinatura:  VALIDO  
Nome do Arquivo de Assinatura: API\_84650\_47695\_1803015123049806.pdf.api  
Data da Assinatura: 27/06/2024 08:54:01  
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica  
Propósito da Assinatura: Assinante  
IP de Origem do Acesso: 131.108.166.126  
Operadora do IP de Origem: 131-108-166-126.netwaytelecon.com.br

## Informações do Signatário

CPF: 039.\*\*\*.\*\*\*-59  
E-mail: co\*\*\*\*\*@hotmail.com  
Telefone: (65)99225-\*\*\*\*  
Validado por: Consulta na Receita Federal  
Cadastro validado às: 08:53:34 do dia 27/06/2024

## Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO  
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151  
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING  
Nº de Série: 263656914  
Data: 27/06/2024 08:54:01

**TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO ELETRÔNICO**

Será aplicado: SRP(X) Lei 123/2006(x) Decreto Municipal 35/2022(x)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. De acordo com as solicitações das Secretarias Municipal e Estudo Técnico Preliminar, em anexo, bem como já ratificado pelo Contador Sr. Gustavo André Rocha da disponibilidade das dotações necessárias para o futuro custeio desta despesa, elaboro o presente termo para apreciação da autoridade competente para autorização de abertura do Processo licitatório na modalidade **Pregão na forma Eletrônica**, que em todos os casos será **regido pela Lei 14.133/2021** e pelos **Decretos Municipais n.º 011/2023, 013/2023, 018/2023, 020/2023, 021/2023, 05/2024** e demais disposições aplicáveis, bem como pelas regras e condições estabelecidas no edital de convocação que terá para sua elaboração este termo de referência

**2. DO OBJETO E CONDIÇÕES**

2.1 A presente licitação tem como objeto a aquisição de Recarga de gás, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARGA DE GÁS P 13	UNIDADE	3.646	R\$ 115,00	R\$ 419.290,00

2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto Municipal 13/2023 de 09/03/2023**.

2.3. O prazo de vigência da contratação/Registro de preço é de 12 meses contados da assinatura do contrato ou Ata de Registro de preço, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.4. O contrato/Ata de registro de preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.5. Devido ao município possuir empresa no ramo de atividade em questão, bem como, a necessidade de fomentar a economia local, estimular o empreendedorismo e gerar empregos. Será aplicado o benefício do Decreto Municipal 35/2022, que trata da compra prioritária de 10% de ME

Hash do documento: RCLcAsY51XWqC1a67fIvvYwSqihB5+So2Hpy6NWKIcs=

Valide seu documento clicando aqui!

e EPP Local e Regional, Essa medida visa fortalecer a competitividade desses negócios, ao mesmo tempo em que simplifica processos burocráticos, facilitando sua participação em licitações municipais. Além disso, a preferência por MEs e EPPs contribui para o cumprimento da legislação vigente, como a Lei Complementar nº 123/2006, e promove práticas sustentáveis, consolidando um ambiente de negócios mais inclusivo e dinâmico no âmbito local.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente contratação justifica-se a necessidade de registro de preço para futura e eventual aquisição de recargas de gás. Justifica-se aquisição de recarga de gás, se faz de grande importância, uma vez que é necessário que se mantenha uma estrutura mínima para a feitura do café que é servido a todos que transitam nas secretarias, fator que contribui para o bom clima organizacional, além de promover um ambiente receptivo para as pessoas que se encontram à espera de atendimento nos mais diversos setores, também usado nas escolas para preparo da merenda escolar.

Com este conjunto de medidas e ações, apresentamos as devidas justificativas técnicas e econômicas defendendo o interesse público desta municipalidade onde ao findar este processo licitatório teremos a possibilidade de dar continuidade a um serviço de grande relevância, seguindo todas as normas vigentes devidamente aplicáveis a este segmento. Sendo que, a falta dos materiais objetos desta licitação, acarretará grande prejuízo ao bom funcionamento deste município, considerando que sem os materiais solicitados, diversos serviços terão que ser suspensos.

3.2. Justifica-se ainda que o critério de julgamento seja (menor preço)

#### **Subcontratação**

3.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

#### **Garantia da contratação**

3.5. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

### **4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

*O prazo de entrega dos bens é de 05 dias, contados do recebimento da autorização de fornecimento, em remessa única.*

*Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos (10) dez dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.*



Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua das Acácias nº 792 Centro (Almoxarifado)

**Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- 4.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, (12) doze meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 4.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 4.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 4.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 4.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 4.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 4.10. O prazo indicado no sub item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 4.11. Na hipótese do sub item acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 4.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 4.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.



4.14. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

## **5. DA GESTÃO DO CONTRATO/REGISTRO DE PREÇO**

5.1. O contrato/registro de preço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do órgão solicitante, ou pelos respectivos substitutos, o qual será apresentado pelo gestor da pasta no ato da formalização do instrumento da contratação

### **Fiscalização Técnica**

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

### **Fiscalização Administrativa**

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

### **Gestor do Contrato**

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,



elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

5.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

## **6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e o fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dez (10) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.5.

### **Liquidação e Prazo de pagamento**

6.6. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante ao fornecimento dos materiais, através da apresentação das solicitações e da respectiva nota fiscal/fatura emitida pelo contratado e posterior liquidação da mesma pelo setor de Contabilidade, aguardando o tempo para os tramites interno do processo.

6.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

#### ***i. O prazo de validade;***



- ii. *A data da emissão;*
- iii. *Os dados do contrato e do órgão contratante;*
- iv. *O período respectivo de execução do contrato;*
- v. *O valor a pagar; e*
- vi. *Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*

6.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

6.9. As notas fiscais/fatura que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada e seu vencimento ocorrerá até 05 (cinco) dias após a data da sua apresentação válida.

6.10. O pagamento será feito mediante ordem bancária em nome da Contratada.

6.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *de menor custo para o contratante* de correção monetária.

## 7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

### Forma de fornecimento

7.2. O fornecimento do objeto será parcelada

### Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

7.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial,



agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

7.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf — DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

7.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS — CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



7.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

#### **Qualificação Técnica**

7.25. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

### **8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 419.290,00(quatrocentos e dezenove mil duzentos e noventa reais), conforme custos unitários apostos na [tabela acima]

8.2. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 22 do Decreto Municipal nº 20/2023):*

Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

E serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação;

### **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

9.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

434 - Secretaria Municipal de educação e cultura (Material consumo)

213 – Secretaria Municipal de Administração (Material de consumo)

670 – Secretaria Municipal de Saúde (Material de consumo)

717 – ESF (Material de consumo)

Este documento foi assinado eletronicamente em todas as suas páginas atendendo a LEI Nº 14.063/2020

Hash do documento: RClcAsY5lXWqC1a67fIvvYwSqihB5+So2HpY6NWKIcs=

Valide seu documento clicando aqui!

882 – Caps(Material de consumo)  
1048 – Creas(Material de consumo)  
1472 – Cras(Material de consumo)  
1071 – Cadúnico(Material de consumo)  
1131 – Lar da criança(Material de consumo)  
1188 – Secretaria Municipal de Obras(Material de consumo)  
1322 – Secretaria municipal de desenvolvimento rural e meio ambiente(Material de consumo)  
1407 – Secretaria Municipal de esporte(Material de consumo)  
944- Conselho tutelar(Material de consumo)

Comodoro/MT, 27 de Junho de 2024

Dyego Henrique Rocha de Oliveira  
Secretário Municipal de Administração


Avilla Fatima da Silva  
Coordenadora de compras

## INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Nome do Documento: TF\_\_CORRETO.pdf  
Hash (SHA256): RClcAsY5lXWqCla67fIvvYwSqihB5+So2HpY6NWKIcs=  
Tamanho do Documento: 324725 bytes  
Data de Recebimento do Documento: 27/06/2024 09:00:53  
Status do Documento: Assinado  
Link de Validação: <http://validador.assinepelainternet.com.br>  
Código de Validação: 0844793




## Signatário AVILLA FATIMA DA SILVA

Status da Assinatura:  VALIDO  
Nome do Arquivo de Assinatura: API\_84660\_47701\_1803015583122858.pdf.api  
Data da Assinatura: 27/06/2024 09:07:23  
Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica  
Propósito da Assinatura: Assinante  
IP de Origem do Acesso: 131.108.166.126  
Operadora do IP de Origem: 131-108-166-126.netwaytelecon.com.br

## Informações do Signatário

CPF: 039.\*\*\*.\*\*\*-59  
E-mail: co\*\*\*\*\*@hotmail.com  
Telefone: (65)99225-\*\*\*\*  
Validado por: Consulta na Receita Federal  
Cadastro validado às: 08:53:34 do dia 27/06/2024

## Carimbo do Tempo na Assinatura

Status:  VALIDO  
Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151  
Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING  
Nº de Série: 263662478  
Data: 27/06/2024 09:07:23

---

## Signatário DYEGO HENRIQUE ROCHA DE OLIVEIRA

---

Status da Assinatura:  VALIDO

Nome do Arquivo de Assinatura: API\_84661\_47701\_1803015583122858.pdf.api

Data da Assinatura: 27/06/2024 09:14:24

Tipo de Assinatura: Assinatura Eletrônica

Propósito da Assinatura: Assinante

IP de Origem do Acesso: 131.108.166.126

Operadora do IP de Origem: 131-108-166-126.netwaytelecon.com.br

---

## Informações do Signatário

---

CPF: 975.\*\*\*.\*\*\*-87

E-mail: ka\*\*\*\*\*@gmail.com

Telefone: (65)99963-\*\*\*\*

Validado por: Consulta na Receita Federal

Cadastro validado às: 09:00:53 do dia 27/06/2024

---

## Carimbo do Tempo na Assinatura

---

Status:  VALIDO

Carimbado por: SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT ICP 50151

Emissor: AUTORIDADE CERTIFICADORA DO SERPROACF TIMESTAMPING

Nº de Série: 263666072

Data: 27/06/2024 09:14:24